

A Criança com Síndrome De Down No Cotidiano Escolar.



Dayane Schueda¹, Regiane Schueda²
¹Unifacear; ² Unifacear.

Professor(a) orientador(a):Thais Barbosa Marochi

RESUMO

A inclusão social dos alunos com Síndrome de Down ainda é um desafio tanto para a equipe pedagógica quanto para os alunos. Com base nisso, este artigo traz uma reflexão a respeito do tema por meio de uma pesquisa bibliográfica. O estudo relata a importância da necessidade de se compreender o que de fato é a inclusão e que a escola precisa ser um espaço para expressão das diferenças, respeitando os direitos e deveres constituídos nas Leis. Importante salientar que a família nesse processo da inclusão é a parte fundamental, onde a escola busca maneiras de fortalecer o vínculo entre o aluno e a escola no processo de ensino aprendizagem.

Palavras chave: Inclusão, Síndrome de Down, Educação Inclusiva, Direitos.

ABSTRACT

The inclusion of students with Down Syndrome is still a challenge, not only for the pedagogical team, as well as the students. Having said that, this essay brings a reflection related to the theme, through a bibliographic research. This study sparks the importance of understanding the meaning of inclusion, pointing out the school as a place where differences must be expressed freely, respecting rights and duties by law. It is important to consider the family during this process. They are the key element to join together student and school in the learning process.

Key Words: Inclusion, Down Syndrome, Inclusive Education, Rights.

1.INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down (SD), como todas as outras deficiências, já passou por longas provações da sociedade. Mas, com o passar do tempo foram criadas leis para garantir a inclusão de pessoas com esta Síndrome tanto na sociedade quanto no ambiente escolar.

Um aluno com Síndrome de Down tem suas características físicas e neurológicas que o difere dos demais, como por exemplo: estatura mais baixa, olhos pequenos, alguns podem possuir um atraso mental ou neuropsicológico,

além de problemas na motricidade. Tudo isso requer uma atenção e dedicação especial por parte da instituição de ensino e principalmente do professor, que deve estar atento a todas as dificuldades presentes, a fim de garantir a esse aluno o melhor aproveitamento e desenvolvimento de suas habilidades. É importante ressaltar ainda, que o aprendizado deve ocorrer de forma gradual, pois alunos com síndrome de Down não conseguem absorver grande número de informações, assim como será abordado no decorrer deste trabalho. Sanches (2011, *apud* CARVALHO, 2018, p. 53) reforça que, “[..] se aprender em conjunto é aprender a viver com os outros, a educação inclusiva, preconizando o desenvolvimento das aprendizagens no grupo e com o grupo, atendendo ao potencial de cada um, para desenvolvê-lo.”

A família, por sua vez, precisa estar presente na vida escolar do aluno, para que assim haja a interação família/escola, bem como afirma Puschel 2011 (*apud* CARVALO, 2018, p. 48):

O potencial cognitivo de qualquer ser humano, só é adquirido se estimulado, seja pela família e pela escola, logo toda criança tem seu potencial intelectual e habilidades, basta incentivar cada uma delas respeitando os limites e o tempo de aprender de cada criança, entendemos que as crianças com SD precisam de um tempo para aprender e possui seu ritmo próprio e o que vai garantir seu crescimento cognitivo é a forma como ela vem sendo educada e conduzida pela família ao acompanha-las dentro da escola.

Tendo em vista que a inclusão social ainda precisa ser estudada e os desafios que a equipe pedagógica e os alunos inclusos enfrentam, a presente pesquisa fez-se necessária, a fim de trazer uma reflexão a respeito do tema, por meio de uma revisão bibliográfica. Logo, espera-se que a mesma auxilie os antigos e novos profissionais da educação, seja informando-os ou mesmo relatando sobre a inclusão escolar.

2. A CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN

Segundo Puschel (1999), no início do século XX, alguns médicos acreditavam que a deficiência da Síndrome de Down ocorria no período da gestação, devido a uma má formação do bebê, e por influências do ambiente nos dois primeiros meses de gestação. Outros acreditavam que os aspectos genéticos eram responsáveis pela Síndrome.

Ainda de acordo como autor, foi no início de 1930 que os médicos suspeitaram que a Síndrome de Down pudesse ser resultado de um problema cromossômico. Como na época não havia condições para realizar exames comprovando essa teoria dos médicos, a validação da hipótese só foi possível em 1956. Assim, nas palavras de Lejeune “a criança com Síndrome de Down tem um cromossomo extra. Em cada célula há 47 cromossomos, ao invés de 46 e três cromossomos 21 em cada célula, surgindo então termo trissomia 21”.

Como toda a criança possui suas características próprias, a com Síndrome de Down também tem suas características físicas específicas que, na maioria das vezes, difere das demais. Algumas das características que podem ser observadas em crianças com Síndrome de Down, segundo Pueschel (1999, p. 79) são: rosto com contorno achatado, principalmente por causa dos ossos faciais pouco desenvolvidos; nariz pequeno, geralmente com o osso nasal afundado e as passagens nasais estreitas.

Alunos com a Síndrome de Down têm um perfil de aprendizagem específico com características fortes e fracas. A criança apenas necessita de uma atenção redobrada, cada criança tem suas particularidades. A criança normalmente possui uma dificuldade na fala e na audição, o que faz com que o período de concentração seja menor, assim faz se necessário desenvolver estratégias para aumentar esse período de concentração. Uma das estratégias é manter uma rotina com o aluno, usando objetos e imagens de referência, manter o aluno mais próximo do professor, geralmente colocando-o nas primeiras carteiras para facilitar a visão, usar uma linguagem simplificada e realizar adaptações do currículo com base na dificuldade do aluno com a Síndrome de Down. Segundo Castro (2009, p. 305):

É importante que a escola tenha no seu planejamento diário atividades que exijam do sujeito com a Síndrome de Down trabalhos de: cooperação, organização, constituição movimentos, compreensão, exploração de propostas lúdicas e materiais diversos para que a criança possa realizar atividades motoras como: correr, pular, rolar, entre outras.

Partindo-se do princípio que a inclusão não consiste somente em efetuar a matrícula de alunos com deficiência na escola, mas em um processo de criar um todo, de reunir os alunos em geral (independentemente de sua condição étnica, social, física, sensorial, intelectual) e fazer com que aprendam juntos e tenham sucesso em sua aprendizagem. Uma questão que se revela

importante é a efetivação de ações que mobilizem toda a escola, seja por meio de reuniões, palestras, cursos de formações, em torno dos princípios que fundamentam o processo de inclusão escolar e social. (SILVA, 2000, p.32).

A inclusão só acontece se todas as partes envolvidas estiverem dispostas a enfrentar esse desafio, com comprometimento da Instituição Escolar, da família e do corpo docente. Porém, o professor assume o papel principal desse desafio da inclusão, pois cabe a ele o desenvolvimento do aluno, através de um trabalho diferenciado, buscando sempre adaptações necessárias para que haja o verdadeiro sentido da inclusão, como afirma Trindade (2015, p. 11):

[...] A educação exige que o docente seja capaz de organizar as várias situações de aprendizagem, considerando a diversidade dos alunos. Ao desenvolver seu planejamento, ele tem de pensar no que está organizando e para quem. Em última instância, as necessidades de cada aluno não devem ser vistas e forma isolada, mas como partes do sistema regular de ensino.

O aluno com Síndrome de Down, como todos os outros alunos, possui sua especificidade, o que faz com que necessite de uma atenção maior por parte do professor. Pueschel (1999) defende que cada criança possui seu próprio potencial, que deve ser explorado de uma maneira correta. O professor que estiver trabalhando com um aluno com Síndrome de Down deve incentivá-lo, tratando-o com carinho e dando toda a atenção necessária. O uso de palavras positivas faz com que a criança se sinta estimulada para a realização das tarefas propostas pelo professor.

Conforme o autor, o aluno precisa se sentir acolhido no âmbito escolar e pelo professor, garantindo assim uma eficácia no seu desenvolvimento. Caso não ocorra esse sentimento de acolhimento por parte do aluno, ele se sentirá rejeitado, e isso dificultará o seu desempenho, pois haverá uma barreira entre professor e aluno. O professor deve sempre criar um vínculo positivo com o aluno a ser trabalhado, conhecendo antes sua realidade e perspectiva.

2.1. LEIS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Todos os brasileiros possuem Leis que garantem o direito de ir e vir dentro do território brasileiro, como também leis que garantem o direito à educação, saúde, segurança entre tantas outras. As pessoas que têm

necessidades especiais também possuem Leis que as segurem, principalmente, com relação às crianças. No Brasil, a primeira Lei que garantiu a igualdade foi o a constituição do ano de 1988, Título II capítulo I, Art. 5º que diz: “[...] todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes nos Pais a inviabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1998).

Houve um grande avanço após o ano de 1988, em relação à educação especial, deixando claro o objetivo da Lei com a sociedade como apresenta Teixeira (2003, p. 22):

Os objetivos formulados pela política da educação especial são: promover a interação social, desenvolver práticas de educação física, atividades físicas e sociais; promover direito de escolha; desenvolver habilidades linguísticas; incentivar autonomia e possibilitar o desenvolvimento social, cultural, artístico e profissional das crianças especiais.

Em relação à inclusão de aluno com necessidades especiais em escolas regulares no Brasil, faz-se necessário analisar e reafirmar a importância dessa inclusão, no âmbito escolar e familiar. Antes da garantia de direitos, os alunos se sentiam excluídos da sociedade, os pais os escondiam e estes perdiam o direito ao conhecimento. A escola regular era apresentada aos alunos sem necessidade e preparo, e com muitas delas negando a aceitação de alunos especiais.

Atualmente, todo esse receio de ambas as partes ainda existe, mas a escola tem o dever de receber, de incluir esse aluno, respeitando suas limitações, seu espaço, conforme garante a Lei nº art. 28, nos incisos II e XVII:

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio de oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena [...] XVII- oferta de profissionais de apoio escolar. (BRASIL, 1998)

O aluno com a Síndrome de Down e com outras deficiências tem um Atendimento Educacional Especializado-AEE, esse atendimento ocorre na própria escola no contra turno, porém em uma sala específica chamada de Sala de Recurso Multifuncional. Como garante na Lei nº 7.611, artº3 .

Art º3: São objetivos do atendimento educacional especializado:

- I. Promover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;
- II. Garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;
- III. Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino aprendizagem; e
- IV. Assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Como reforça Silva (2000), em um ambiente escolar todos têm um papel fundamental para uma conquista da educação inclusiva, garantindo possibilidades e oportunidades para todos, promovendo uma escola onde haja menos discriminação, e que as diferenças não sejam um problema para o aprendizado de todos.

2.3 A ESCOLA E O ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO FUNDAMENTAL.

Através das reflexões e análises sobre a inclusão de alunos com Síndrome de Down no Brasil, observa-se que a inclusão tem que ocorrer primeiro no ambiente familiar, onde os pais precisam aceitar o filho como ele é, com a sua deficiência e acreditar que ele é capaz, dentro de suas limitações, de se desenvolver como pessoa e como aluno.

Segundo Pueschel (1999, p. 180), as situações de aprendizagem na escola devem emprestar à criança com Síndrome de Down uma sensação de identidade pessoal, auto-respeito e prazer. A escola deve oferecer uma oportunidade para as crianças se envolverem em relacionamentos com os outros e deve prepará-las para, posteriormente, contribuir de forma produtiva para a sociedade.

Em relação à aprendizagem não há um modelo pronto para se trabalhar com a Síndrome de Down, porém os professores e a escola têm a consciência que inclusão é inserir o aluno a uma sala regular, onde o currículo é igual aos demais, apenas o docente precisa verificar quais as dificuldades que o aluno apresenta e assim realizar as adaptações necessárias, estimulando a interação e a atenção. O aluno com a Síndrome de Down tem o Atendimento Educacional

Especializado- AEE, onde frequenta a Sala de Recurso Multifuncional, a qual tem como objetivo o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, favorecendo a construção do conhecimento destes alunos. Como consta no artº2, do Ministério da Educação:

Art 2º: O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recurso de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. (BRASIL, 2009, p 1)

2.4 METODOLOGIA

O estudo tem como base uma pesquisa bibliográfica, que “[...] é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (DIEHL e TATIM, 2004, p. 58). Foram analisados textos do teórico Pueschel, Carvalho, Coelho, Trindade, Castro, Diehl, Melo e Silva, com o intuito de realizar uma análise e reflexão sobre a criança com Síndrome de Down no Cotidiano Escolar.

2.5 RELAÇÃO PROFESSOR E ALUNO

Antes de encerramos essa pesquisa, é importante salientar a relação entre professor e aluno(s), principalmente aluno(s) de educação inclusiva, visto que boa parte do que esses alunos aprendem, sobre o convívio em sociedade, parte dos professores. Alunos de inclusão, em sua maioria, passam uma quantidade de tempo significativa na escola, pois além de serem expostos às matérias regulares, recebem reforços atrelados a área de desenvolvimento a(s) qual(s) apresentam dificuldades. Dito isso, é imprescindível que o ambiente escolar, e especificamente o vínculo entre docente e discente seja construído de maneira a facilitar um aprendizado que venha de ambas às partes. Paulo Freire (2013, p. 12), em seu livro *Educação e Mudança*, afirma que “A primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir. É preciso que seja capaz de, estando no mundo, saber-se nele”, ou seja, o professor precisa ter consciência de sua condição como facilitador de aprendizagem, como também consciência da dificuldade do aluno. Só assim, o aluno será também de capaz de tomar consciência de sua posição como aluno, e um aluno que precisa do suporte do docente. É tudo uma questão de autoconsciência, sobre sua prática docente e

sobre a prática de aprendizado do(s) aluno(s). Todavia, essa reflexão requer um esforço de todas as instâncias que norteiam a vida desses alunos, sejam elas escola, família, comunidade, com um foco maior para o professor. Lembrando que a busca por autoconhecimento envolve os recursos que lhe são proporcionados (tanto por parte da instituição, como também em uma esfera governamental) e o interesse em sempre buscar evolução.

3. CONCLUSÃO

Esta pesquisa visa contribuir de maneira direta para um melhor entendimento a respeito dos desafios que alunos com Síndrome de Down enfrentam no cotidiano escolar. Tendo como base uma pesquisa bibliográfica foi observado que ainda há muito a ser estudado a respeito, pois rotineiramente encontramos profissionais sem conhecimento prévio de como trabalhar com alunos com Síndrome de Down, devido à falta de capacitação, e principalmente, estudos recentes que se desvinculem da teoria e foquem na prática.

Foi possível observar também as dificuldades enfrentadas, visto que uma das autoras já trabalhou como profissional de apoio à alunos com Síndrome de Down em escola regular no município de Araucária – PR. O principal ponto abordado e que merece mais atenção é capacitação profissional dos professores que atuam com educação especial, visto que este é um dos meios de garantir um ensino aprendizagem de maior qualidade. Acreditamos que quanto mais estudos pragmáticos forem desenvolvidos, mais próximos chegaremos de um processo de inclusão satisfatório.

Ficou claro ainda o quanto a participação da família é importante neste processo, pois ela é a base de tudo, ainda mais com alunos com Síndrome de Down. Há um trabalho conjunto sendo desenvolvido, mas que muito precisa ser aperfeiçoado. Ainda ressalto, que nós, como profissionais da educação, não podemos nos deixar abater com as dificuldades encontradas durante o caminho, uma vez que a persistência na educação especial é um sinônimo de esperança para esses alunos. Sendo assim, cada dia é uma nova oportunidade de moldar um mundo sem preconceitos, onde alunos com Síndrome de Down (e outras deficiências) serão vistos como modelos de superação, dado que são muito mais que alunos, são os futuros da nação, assim como os demais discentes.

4. REFERÊNCIAS

- BRASIL, Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1998.
- BRASIL, Presidência da República (2015), **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência,(Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, Brasília,2015.
- BRASIL, Presidência da República (2011), **Decreto Nº7.611, de 17 de Novembro de 2011**, Brasília,2011.
- CARVALHO, Márcia Rejane Almeida de, **Inclusão Escolar**, Appris,1 e.d,Curitiba,2018.
- CASTRO, Antonilma Santos Almeida; Pimentel ,Susana Couto, **Atendimento educacional específico: Síndrome de Down: desafios e perspectivas na inclusão escolar**,2009, Salvador.
- COELHO, Charllotte, **A Síndrome de Down**, 2016,1-14, psicologia, Portugal.
- DIEHL, Astor A.;TATIM, Denise C. **Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas: Métodos e Técnicas**. Pearson Prentice Hall, São Paulo 2004.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.
- LIMA, Ana Cristina Dias Rocha, **Síndrome de Down e as práticas pedagógicas**, Vozes, 1 ed, Petrópolis ,RJ, 2019.
- MELO, Alessandro de; Urbanetz, Sandra Terezinha, **Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia**, Intersaberes, Curitiba,1 ed,2013.
- PUESCHEL, Siegfried M, **Síndrome de Down-Guia para pais e educadores**. 4 ed, Papyrus, Campinas/ SP, 1999.
- SILVA, Luzia Guacira dos Santos, **Educação Inclusiva-Práticas Pedagógicas para uma escola sem exclusões**, Paulinas: Curitiba, 2000.
- TEIXEIRA, Renata C.V. Leite, **A Educação Especial da Criança com Síndrome de Down**, 2003,1-54, Curso de Inclusão de Especialização em Inclusão da Criança especial na Rede Regular de Ensino, Universidade Federal do Ceará, 2003.
- TRINDADE, Tatiana Azevedo, **Questões e Desafios Enfrentados Pelos Professores Na Educação De Alunos Com Síndrome De Down: Um Estudo de Caso**,1-44 ,2015,Brasília,Universidade de Brasília.

